



Prefeitura Municipal de Pirai do Sul

Estado do Paraná

LEI N.º 1421/2005

SÚMULA: FICA PROIBIDA NO MUNICIPIO DE PIRAI DO SUL A VENDA DE SOLVENTES, REMOVEDORES DE TINTA THINNER E SIMILARES, A MENORES DE DEZOITO ANOS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica proibida no Município de Pirai do Sul – PR, a venda de solventes, removedores de tinta Thinner e similares, a menores de dezoito anos.

Art. 2º - Os produtos previstos no artigo 1º deverão ser armazenados, mesmo em pequena quantidade, em local reservado, de modo que fiquem fora da vista do consumidor.

Art. 3º - Os estabelecimentos que comercializem solventes, removedores de tinta, thinner e similares, ficam obrigados a registrar em livro próprio, para fins de fiscalização pelos servidores fiscais da Secretaria Municipal de Saúde, os seguintes dados dos compradores:

I - Nome completo;

II - Endereço;

III – numero, data de expedição e órgão do registro de identidade, se pessoa física;

IV – numero de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) se pessoa física;

V – numero do CNPJ ou da Inscrição Municipal, se pessoa jurídica;

VI – numero da nota fiscal emitida.

Art. 4º- A venda ou Armazenagem de produtos em descordo com os termos desta Lei, ensejará a aplicação de multa no valor de duas URM (unidade de referencia do Município), nesta data no valor de R\$ 231,33 (duzentos e trinta e um reais e trinta e três centavos) cada URM. Em caso de reincidência, de interdição por vinte e quatro horas e cassação do Alvará de Licença para estabelecimento infrator, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.



Prefeitura Municipal de Piraí do Sul

Estado do Paraná

Art. 5º- Das decisões administrativas caberá recurso ao Secretario Municipal de Administração Municipal, assegurando assim o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do disposto na Constituição Federal, artigo 5º, LV.

Art. 6º- Os estabelecimentos disporão do prazo de trinta dias, contados a partir da publicação desta Lei, para se adequarem às exigências previstas nos artigos 2º e 3º.

Art. 7º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, em 28 de março de 2.005.



VALENTIM ZANELLO MILLEO
Prefeito Municipal